



REQUERIMENTO Número /XII ( .ª)

PERGUNTA Número /XII  
( .ª)

**Assunto: Situação de exploração e falta de cuidados no Lar da Santa Casa da Misericórdia de Espinho**

**Destinatário: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social**

*Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República*

O Bloco de Esquerda teve conhecimento de situações de verdadeira exploração no Lar da Santa Casa da Misericórdia. As situações que nos foram relatadas são verdadeiramente preocupantes.

Estamos a falar de situações de exploração laboral e de situações de falta de cuidados aos idosos que ali são residentes.

Os enfermeiros que ali trabalham são falsos recibos verdes há vários anos; fazem mais horas do que deviam e ganham abaixo do que ganha um enfermeiro no setor público. Enquanto recibos verdes não recebem subsídio de férias nem de natal, pagam mais em impostos e não têm direito a férias.

Foi ainda denunciado ao Bloco que os cuidados prestados aos idosos deste Lar estão bastante abaixo do mínimo exigido. Sabemos que a direção da Santa Casa da Misericórdia de Espinho deu ordem para que se cortasse nestes cuidados, como forma de poupar dinheiro. O resultado desta diretiva: neste momento faltam materiais básicos de enfermagem para fazer um simples penso ou curativo; os cuidados de higiene também foram descurados, havendo apenas um banho semanal, por exemplo.

Estas situações são gravíssimas. Mais graves ainda quando a Santa Casa da Misericórdia tem contratualizações feitas com o Estado e recebe dinheiro para prestar este tipo de cuidados.

Perante estas situações e tendo em conta que há dinheiro público que está a ser canalizado para a Santa Casa da Misericórdia de Espinho, o Governo tem a obrigação de dar uma resposta imediata a este problema, exigindo da Santa Casa a regularização dos falsos recibos verdes e a melhoria das prestações de cuidados aos idosos.

Há ainda uma questão à qual o Governo deve dar resposta clara: tendo em conta que o objetivo do Governo é delegar as funções do Estado – nomeadamente respostas sociais e de saúde – em entidades privadas, deve esclarecer se este modelo seguido em Espinho é o seu modelo e se é a isto que se propõe.

*Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda*



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, as seguintes questões:*

1. Tem conhecimento das situações que aqui denunciamos?
2. Pactuará com estas situações de exploração laboral e de falta de prestação de cuidados ou atuará de imediato junto da Santa Casa da Misericórdia para que estas situações sejam resolvidas?
3. Qual é o montante que a Santa Casa da Misericórdia recebe do Estado?
4. É este o modelo que o Governo pretende seguir, quando fala de delegar serviços em privados?

Palácio de São Bento, 11 de setembro de 2015.

**O deputado**